

Péra aí que Ancine não dá...

Gustavo Dahl

Pô Romeu, qual é? Do jeito que a coisa vai, o seguinte é o seguinte: não tem seguinte. À guisa de desabafo, seja-me permitido o tom pessoal, que o não tenho de hábito. Nos últimos dois anos presidi o III Congresso Brasileiro de Cinema; fundei e presidi a entidade CBC; participei, secretariei e fui relator do Gedic, na sua parcela civil; arranjei os recursos, estruturei e presidi o IV Congresso; emplaquei para a atividade cinematográfica a indicação para diretor-presidente da Ancine, por mim proposta há quatro anos atrás; a duras penas estou tentando e conseguindo implantá-la. Tudo isso não garante para o processo um grau de confiança equivalente a um tostão de mel coado...

O fato de ter me privado, voluntariamente, nos últimos vinte anos, de acessar os recursos oficiais para o cinema, frustrou-me de fazer filmes. Em compensação deu-me independência, liberdade e sobretudo isenção. Isto me permitiu questionar a visão corporativa de alocação de recursos exclusivamente para a produção, a ficção que é o mercado de salas brasileiro, elitizado da mesma forma que aquele da tevê paga. Lembrei que qualquer produto que permanecesse durante trinta anos por fora da exposição gerada por quarenta milhões de aparelhos de tevê aberta, presente em 98% do território nacional, estaria irremediavelmente marginalizado do universo econômico. E que nem de longe há isonomia possível com o produto hegemônico, distribuído em escala mundial. Assumi que o Rei estava nu e isso modificou o discurso do cinema brasileiro. O conceito de visão sistêmica, que junta a verticalidade da fabricação do filme, produto, com a horizontalização de seus serviços e mercados, tornou-se de uma obviedade indispensável. Desencarece-se qualquer reconhecimento, mas suplica-se por um mínimo de crédito. Mesmo sabendo que o se faz de gosto, não tem preço.

Aos sessenta e três anos, cardíaco e padecendo de excesso de peso, melhor faria de cuidar da carcaça. Por sentir-me, como outros, herdeiro da tradição política do cinema brasileiro, que vem lá dos anos vinte, acreditei que a saída digna para um futuro possível passava por sua re-politização. Mesmo com a fragilidade estrutural gerada por sua precária economia, estou convencido que o cinema brasileiro, a produção independente para tevê, os curtas-metragens e documentários, tem um futuro que atende pelo nome de "conteúdo". Ao estilo de Gandhi, que conseguiu, sem violência, expulsar de seu país o império, é preciso consolidar-se em duas ou três plataformas antes de atacá-lo. Quando agradei ao Presidente Fernando Henrique a indicação para presidir a Ancine avisei que vislumbrava quatro adversários: o cinema hegemônico, a televisão, o estamento burocrático e o próprio cinema brasileiro. Não deu outra. A televisão aberta saltou primeiro, mandando o cinema para o seu devido lugar. Restringiu seu pleito ao patinho feio do setor, a televisão paga. O cinema hegemônico já entrou na Justiça Federal – conforme havia anunciado desde sempre – e conseguiu uma liminar contra a principal receita da agência, a Condecine. A máquina burocrática, por desatenta, permitiu o tombo organizado que foi a não-inclusão pelo Congresso Nacional, da Ancine no Orçamento Geral da União. Financeiramente a Ancine não existe. E o cinema brasileiro mais uma vez volta a oferecer ao distinto público o espetáculo penoso de seu dilaceramento. A ingenuidade e o narcisismo imperante não conseguem realizar qual é o juízo e o olhar que os outros lançam sobre ele. Deveriam

juntar-se todos para terminar Chatô, acertar a contabilidade de O Guarani, concluir os filmes que se arrastam há anos e penalizar aqueles que tendo tido recursos não foram sequer iniciados. Limpar a área. Desvencilhar-se da imagem de descompromisso com a coisa pública e voltar-se para conquistar seu espaço não só no Estado mas sobretudo na Sociedade. Alguém se lembra desta expressa sinalização emitida pelo Presidente, no dia do anúncio da Nova Política Brasileira de Cinema? Deixar de oferecer a cara à tapa. Para estas práticas recomenda-se a utilização da cama.

Não estamos no melhor dos mundos. A votação da Medida Provisória 17, que adiou até março e junho a cobrança das duas modalidades da Condecine (proporcional e títulos) ofereceu a oportunidade de sair da “saia justa” em que o Tribunal de Contas da União meteu a Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura e, proximamente a Ancine. A comprovação efetiva de uma contrapartida real de 20% é problemática, não corresponde à realidade dos fatos. E vista grossa é um gênero cada vez mais escasso na gestão pública do país. A divisão pela metade dos recursos que podem ser obtidos conjugando as leis do Audiovisual e Rouanet, entra na gestão jurídica de um decreto que vigiu seis anos ou mais sem ser contestado. E que para mal de seus pecados foi assinado por um ministro da Fazenda que virou depois Presidente da República. Reestabelecer o statu quo ante, dando-lhe legitimidade jurídica não é um golpe de estado. É administrativa e economicamente defensável. A descapitalização da produção é a primeira questão a ser encarada, isto é, o conjunto de recursos que entram anualmente para a atividade. Ela é de risco e freqüentemente deficitária, mas é a engrenagem primeira que move o moinho audiovisual. Os limites para a captação de recursos originários de renúncia fiscal (Audiovisual e Rouanet), estabelecidos pela Receita Federal, nunca foram atingidos, esgotados. Logo mais do que recursos ou sua concentração, o que falta para diversificar e descentralizar os investimentos no setor é capacidade para mobilizá-los. Seria interessante verificá-la regionalmente. Aliviaria a questão do teto de investimento em cada produção, que pode e deve ser vista, da discussão idiossincrática e ideologizada. Por mais distorcida e atípica que seja a cadeia econômica do cinema e do audiovisual brasileiros, não é mais possível continuar a não levar em conta o conceito de produtividade, tanto mercadológica quanto socialmente.

Os mais velhos devem se lembrar da distribuidora Embrafilme, a famosa SUCOM. Ela ia da esplendorosidade das quase grossas coxas de Sonia Braga à invenção de Lira do Delírio (Walter Lima Jr.). De Toda Nudez será Castigada à Tudo Bem (Arnaldo Jabor). De Lucio Flávio (Hector Babenco) a Agonia (Julio Bressane) e Abis-mu (Rogério Sganzerla). Da contundência de A Queda (Ruy Guerra) à graça meio sem graça dos Trapalhões, que eram quem realmente seguravam tudo. E por aí afora... O cinema tem sempre um vínculo duplo, junta duas setas que vão em sentido contrário uma da outra. O prevalecimento de uma só direção corresponde à visão antiquada que separa a infra-estrutura da indústria do entretenimento da superestrutura da cultura. Vide Pierre Bourdieu. Reparem só na dinâmica criada entre as “majors” de Los Angeles e os independentes do Sundance. Cada um cobiçando o outro e até mesmo transitando entre um e outro, indo e vindo como faz Steven Spielberg. Nunca é demais lembrar que a raiz do autoritarismo é o sentimento de ser melhor do que o outro. A experiência pioneira de Adhemar de Oliveira em seus conjuntos arteplex, misturando cinema autoral e comercial, deve ser observado com muita atenção. E também as listas de “box office”, do Filme B ou d’alhores, no que se referem à concentração do

mercado em poucos títulos de grande sucesso. Como diziam os alemães, Hegel e Marx, a verdade é concreta e depois da reflexão, é chegado o tempo da ação.

É possível duplicar o parque de exibição brasileiro, cuja estreiteza talvez seja o maior problema. Com mecanismos financeiros que equalisem os absurdos níveis de juros brasileiros com aqueles internacionais, viabilizando os investimentos rentáveis. Subvencionando razoavelmente, como faz a França, salas destinadas a dar visibilidade à produção nacional ou não-hegemônica mundial. E subsidiando quase integralmente, por meio do fomento destinado ao desenvolvimento social exercido por instituições financeiras internacionais, como o BID, a construção de salas populares. Fato singelo, ir ao cinema é qualidade de vida. É possível associar à produção brasileira aos incentivos à diversidade cultural e lingüística, estabelecidos pela União Européia, inclusive para a distribuição, criando um escritório de incorporação internacional de projetos. E até mesmo, como já faz a Columbia Pictures e ganha com isso, associar-se às grandes distribuidoras internacionais. Com a força de seu estoque e a utilização de incentivos governamentais, e não só no Brasil, elas disputam o principal do mercado mas também suas inexploradas margens. Podem lançar tanto Xangô de Baker Street (Miguel Faria Jr.) quanto o Bicho de Sete Cabeças (Lais Bodanski). A televisão paga, com sua crise econômica está revendo seu modelo. Com 80% de ocupação de sua grade pelo conteúdo estrangeiro, precisa do brasileiro para se popularizar. E competir na faixa da produção independente para tevê pode ser mais fácil que na do longa-metragem, não é, Nelson Hoineff? A televisão aberta se fecha à qualquer contra-partida para a produção feita fora dela, mas pode contribuir com a publicidade para o lançamento de filmes brasileiros. Inclusive em vídeo, cujo mercado eminentemente popular nem é arranhado. Ou no formato DVD, que atinge a faixa de mercado dos formadores de opinião. O fomento à distribuição de filmes brasileiros, através das independentes que já estão no mercado, está mais do que na hora. Inclusive para melhorar sua competitividade com as "majors". A associação do conteúdo brasileiro ao esforço exportador do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nunca foi tentada. Cem anos depois de ter sido inventado, o cinema continua como uma jóia na coroa dos grandes conglomerados mundiais de mídia e entretenimento, como a AOL-Time Warner e outros. A evolução tecnológica, a economia de serviços de lazer, a transformação da diversidade em insumo da indústria cultural sinalizam a oportunidade estratégica. Mais além do cinema brasileiro, dizendo respeito ao país, por aí é que anda o futuro.

Franz Fanon, grande teórico e aventureiro da descolonização, negro e psiquiatra, escrevia em francês e transitou das Antilhas para o mundo árabe à procura de revoluções. Há mais de cinquenta anos chamava atenção para a ferocidade do escravo com seu semelhante. Incapaz de se revoltar contra o patrão ou capataz, ele era capaz de estripar seu irmão de condição, por conta de um olhar atravessado. Tudo a ver.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Gustavo Dahl é diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema, mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal. Foi presidente da ABRACI.